

FUNDAÇÃO ALBERTINA FERREIRA AMORIM

RELATÓRIO E CONTAS 2020

RELATÓRIO DE GESTÃO

*MAP
AP*

I – Introdução

A Fundação Albertina Ferreira de Amorim, dando cumprimento ao instituído na Lei e nos seus estatutos, faz análise à atividade da Fundação e aos atos de gestão praticados durante o exercício de dois mil e vinte.

II - Análise de Atividade

O exercício de 2020 e a atividade da Fundação, foram, tal como o País e o Mundo, afetados pela pandemia do Covid-19, pelos confinamentos daí decorrentes e pelo encerrar de algumas atividades.

Apesar disso, manteve-se o apoio financeiro das entidades que habitualmente patrocinam a atividade da Fundação, pelo que, apesar de tudo, foi possível cumprir com o Plano de Atividades para 2020.

Estimava-se um conjunto de apoios totalizando 182.700 euros, tendo-se efetivado um total de receitas de 212.678 euros.

Ainda e enquadrado nos objetivos da Fundação aquando da sua criação, foram atribuídas bolsas de estudo a filhos de colaboradores de várias empresas do Grupo Amorim e que totalizaram cerca de 12.036,08 euros.

Pelos motivos já referidos, foi praticamente inexistente a utilização das instalações para o serviço de catering e receções, pelo que o rendimento obtido foi apenas de 1.652,61 euros, longe dos 26.568,71 euros de 2019.

A atividade de apoio social conforme detalhado acima, foi possível graças aos donativos recebidos de diversas entidades, totalizando 105.214,08 Euros, a saber,

| Entidade | Valor em Euros |
|-----------------------------|----------------|
| Corticeira Amorim, SGPS, SA | 56.000,00 |
| Amorim Cork Services, Lda | 25.000,00 |
| Amorim Holding II, SGPS, SA | 4.200,00 |
| Amorim Cork, SA | 9.421,52 |
| Amorim Cork Composites, SA | 2.796,00 |
| Amorim Cork Flooring, SA | 7.796,56 |

MAP
J.J.
J.J.

Para além destes, o imprescindível apoio do Patrocinador, Amorim Investimentos e Participações, SGPS, SA que, neste exercício, atingiu o total de 119.500 euros, que se destinam a donativos concedidos a diversas instituições de beneficência e à manutenção da estrutura de custos fixos.

Foi finalmente concluída em 2019 a construção das novas instalações da Associação Bem-Estar de Santa Maria de Lamas, agora renomeada, inauguradas em dezembro 2019. Homenageando o contributo da Fundação, na pessoa de um dos seus Fundadores; esta instituição atribuiu, ao Lar, o nome de “Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – António Ferreira Amorim”.

Em janeiro de 2020, foram libertados para esta instituição, os restantes 50.000 euros, do total retido de 200.000,00 euros, conforme protocolo estabelecido em 2012.

Dos restantes donativos concedidos, num total de 179.361,50 euros, salientamos pelo seu montante e/ou regularidade:

| Entidade Beneficiária | Valor (em Euros) |
|---|------------------|
| Fábrica da Igreja de Mozelos – Reabilitação e Restauro Exterior | 40.000 |
| ABESML | 34.000 |
| Fábrica da Igreja de Stª Mª Lamas – Reabilitação e Restauro | 25.000 |
| Bombeiros de Lourosa, Feira, Espinho, Arrifana e Aguda | 19.000 |
| Bombeiros de Coruche, Vendas Novas, Silves e Ponte de Sor | 10.000 |
| CERCI Stª Mª Lamas | 6.000 |
| Associação Bagos d' Ouro | 6.000 |
| Liga dos Amigos dos Hospitais de Gaia e São Sebastião, Feira | 6.000 |
| Junta de Freguesia de Mozelos – Apoio Financeiro COVID-19 | 6.000 |
| Centro Apoio Social de Mozelos (*) | 2.500 |
| Lar de Idosos Irmãzinhas dos Pobres | 4.200 |
| Liga Portuguesa contra o Cancro | 4.000 |
| Associação Dignitude | 3.000 |
| Centro Maranathã | 2.000 |
| Banco Alimentar contra a Fome | 2.000 |

(*) Adicionalmente, foi feito um donativo em espécie ao Centro Apoio Social de Mozelos, na forma de 10 computadores novos, adquiridos a Paulo S. Conde, no valor de 6.211,50 euros, no âmbito das necessidades de apoio COVID-19.

A Fundação manteve o apoio a diversas instituições de cariz religioso, de apoio à infância, integração social de jovens e apoio na velhice, cada vez maior em número e em necessidades, como a Dignitude, UNICEF, Associação Cais, Liga Nacional Contra a Fome e que, não estando presentes no concelho de Santa Maria da Feira, se enquadram nos princípios e objetivos da nossa instituição.

III – Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido do exercício é negativo no valor de 4.878,86 Euros, pelo que o Conselho Diretivo propõe a seguinte aplicação:

- Para Resultados Transitados 4.878,86 Euros

IV – Perspetivas 2021

Para o exercício de 2021 a Fundação tem aprovado o Plano de Atividades 2021, definidas que estão as instituições a apoiar e respetivos valores e que totalizam 185.200 euros.

À data da elaboração deste relatório, mantêm-se ainda alguns dos condicionalismos na atividade das empresas motivados pela Pandemia do Covid-19, pelo que 2021 será ainda um ano de incerteza e desassossego económico e social.

Neste enquadramento e por decisão da administração do Patrocinador e Corticeira Amorim, SGPS, SA, serão mais reduzidos os apoios financeiros em 2021, não pondo, contudo, em causa, o apoio que sistematicamente a Fundação vem efetivando; será concedido pelo patrocinador pelo menos o valor de 37.500 euros a atribuir à Fábrica da Igreja de Mozelos, para término das obras. A Fundação usará meios financeiros de que dispõe para a manutenção de seus apoios e concretização de seu Plano de Atividades para 2021 .

Apesar disso, mantêm-se assegurados os seguintes protocolos:

- ◆ Amorim Investimentos e Participações, SGPS, SA
- ◆ Corticeira Amorim, SGPS, SA
- ◆ Associação Bagos d'Ouro
- ◆ Amorim Cork, SA

VI- Agradecimentos

O Conselho Diretivo aproveita a oportunidade para expressar o seu reconhecimento a todas as entidades que em colaboração com a Fundação apoiam as diversas coletividades ou instituições de solidariedade social.

À administração do Patrocinador, sociedade Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A., à administração da Corticeira Amorim, SGPS, SA e ao Conselho Fiscal, os nossos agradecimentos. Sem o contributo de todos não seria possível dar continuidade aos objetivos a que nos propusemos e que estiveram na origem desta Instituição.

Mozelos, 30 de junho de 2021

O Conselho Diretivo

O Presidente: Maria Fernanda Ramos Amorim



Vogal: Joana Rios de Amorim



Vogal: Maria Albertina Amorim Coelho



FUNDAÇÃO ALBERTINA FERREIRA DE AMORIM

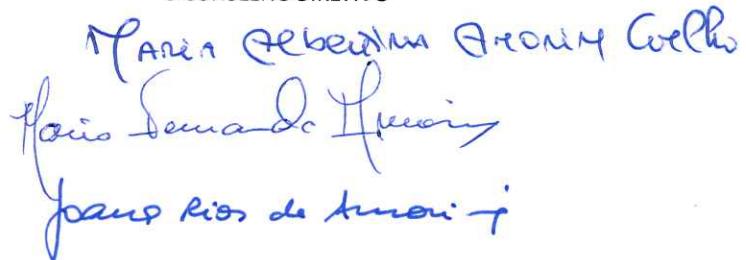
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

| RUBRICAS | NOTAS | Valores expressos em Euros | |
|---|----------|----------------------------|------------|
| | | 2020 | 2019 |
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | | |
| Bens de património histórico e cultural | | | |
| Ativos intangíveis | | | |
| Investimentos financeiros | | | |
| Fundadores | | | |
| Outros créditos e ativos não correntes | | | |
| | | 762 692,57 | 776 664,25 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | | | |
| Créditos a receber | | | |
| Estado e outros entes públicos | 3;10 | 189,85 | 419,82 |
| Fundadores | 8.2.1 | 567,94 | |
| Diferimentos | | | |
| Outros ativos correntes | | | |
| Caixa e depósitos bancários | 3;7 | 146 873,68 | 203 020,06 |
| | | 147 631,47 | 203 439,88 |
| Total do ativo | | 910 324,04 | 980 104,13 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| Fundos Patrimoniais | | | |
| Fundos | 11 | 359 580,00 | 359 580,00 |
| Excedentes técnicos | | 5 718,30 | 5 718,30 |
| Reservas | | 50 798,96 | 15 067,20 |
| Resultados Transitados | | | |
| Excedente de revalorização | | | |
| Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais | 5.1.2/11 | 486 268,43 | 496 349,22 |
| | | 902 365,69 | 876 714,72 |
| Resultado líquido do período | | - 4 878,86 | 35 731,76 |
| Total dos fundos patrimoniais | | 897 486,83 | 912 446,48 |
| Passivo | | | |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 3;10 | 11 197,69 | 13 694,99 |
| Estado e outros entes públicos | 8.2.2 | 935,61 | 2 093,28 |
| Fundadores | | | |
| Financiamentos obtidos | | | |
| Diferimentos | 13.2.1 | - | 50 000,00 |
| Outros passivos correntes | 3;10 | 703,91 | 1 869,38 |
| | | 12 837,21 | 67 657,65 |
| Total do passivo | | 12 837,21 | 67 657,65 |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | | 910 324,04 | 980 104,13 |

O Contabilista Certificado nº 12 023



O CONSELHO DIRETIVO



Maria Albertina Ferreira de Amorim
 Flávio Sérgio de Oliveira
 João Rios de Amorim

FUNDAÇÃO ALBERTINA FERREIRA DE AMORIM

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

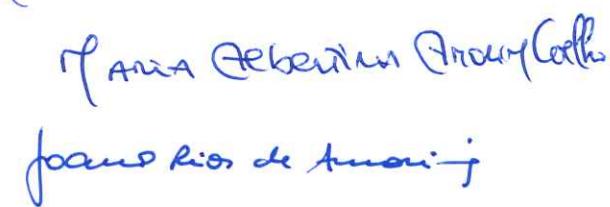
| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | PERÍODOS | | Valores expressos em Euros |
|--|---------|------------|------------|----------------------------|
| | | 2020 | 2019 | |
| Vendas e serviços prestados | 3;5.1.1 | 1 652,61 | 26 568,71 | |
| Subsídios, doações e legados à exploração | 5.1.2 | 274 714,08 | 323 673,00 | |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | | | |
| Fornecimentos e serviços externos | 5.2.1 | - | 29 243,40 | - |
| Gastos com o pessoal | 9 | | | 56 960,53 |
| Ajustamentos de inventários | | | | |
| Imparidade de dívidas a receber | | | | |
| Provisões | | | | |
| Provisões específicas | | | | |
| Outras imparidades | | | | |
| Aumentos/reduções de justo valor | | | | |
| Outros rendimentos | 5.1.2 | 10 280,75 | 12 767,99 | |
| Outros gastos | 5.2.2 | - | 248 002,80 | - |
| Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 9 401,24 | 50 779,39 | |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 4 | - | 13 971,68 | - |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | - | 4 570,44 | 37 008,84 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | | | |
| Juros e gastos similares suportados | | | | - |
| Resultados antes de impostos | | - | 4 570,44 | 36 988,78 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 3 | | 308,42 | 1 257,02 |
| Resultado líquido do período | | - | 4 878,86 | 35 731,76 |

O Contabilista Certificado nº 12 023



O CONSELHO DIRETIVO





FUNDACÃO ALBERTINA FERREIRA DE AMORIM

EXPOSIÇÃO MONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOSSOS FUNDOS PATRIMONIAIS DE 2010

FUNDACÃO ALBERTINA FERREIRA DE AMOBIM

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FLUÍDOS PATRIMONIAIS DE 2020

Contabilista Certificado nº 17.023

Flávio Fernando Freitas - Conselheiro Diretivo
Flávia Cecília Oliveira Gómez Corrêa

FUNDAÇÃO ALBERTINA FERREIRA DE AMORIM

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

| RUBRICAS | NOTAS | PERÍODOS | | Valores expressos em Euros |
|--|-------|--------------|--------------|----------------------------|
| | | 2020 | 2019 | |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Recebimentos de clientes e utentes | | 2 135,44 € | 30 746,89 € | |
| Pagamento de subsídios | | - | 223 150,00 € | 241 150,00 € |
| Pagamento de apoios | | - | 12 036,08 € | 6 872,50 € |
| Pagamentos de bolsas | | - | 44 194,78 € | 68 350,35 € |
| Pagamentos a fornecedores | | - | 277 245,42 € | 285 625,96 € |
| Pagamentos ao pessoal | | - | 1 257,02 € | 1 050,13 € |
| | | - | 2 358,02 € | 347,08 € |
| | | - | 280 860,46 € | 286 329,01 € |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | | |
| Activos fixos tangíveis | | | | |
| Activos intangíveis | | | | |
| Investimentos financeiros | | | | |
| Outros ativos | | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | | |
| Activos fixos tangíveis | | | | |
| Activos intangíveis | | | | |
| Investimentos financeiros | | | | |
| Subsídios ao investimento | | | | |
| Juros e rendimentos similares | | | | |
| Dividendos | | | | |
| | | - € | - € | |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | | |
| Recebimentos proveniente de: | | | | |
| Financiamentos obtidos | | | | |
| Realização de fundos | | | | |
| Cobertura de prejuízos | | | | |
| Doações | | | | |
| Outras operações de financiamento | | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | | |
| Financiamentos obtidos | | 172 214,08 € | 121 173,00 € | |
| Juros e gastos similares | | 52 500,00 € | 52 500,00 € | |
| Dividendos | | | | |
| Redução de fundos | | | | |
| Outras operações de financiamento | | | | |
| | | 224 714,08 € | 173 673,00 € | |
| Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | | | |
| Efeito das diferenças de câmbio | | - | 56 146,38 € | - 112 656,01 € |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | | 203 020,06 € | 315 676,07 € |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | | | 146 873,68 € | 203 020,06 € |
| | 7 | | | |

O Contabilista Certificado nº 12 023

Amélia P. Oliveira

O CONSELHO DIRETIVO

*Francisco Fernando Gómez
João Rios de Amorim
Maria Cecília Amorim Coelho*

Anexo às contas 2020

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação

Fundação Albertina Ferreira de Amorim

1.2 – Sede

Avenida Albertina Ferreira de Amorim, nº 428, em Mozelos, concelho de Santa Maria da Feira.

1.3 – NIPC

508 750 717

1.4 - Natureza da Atividade

A Fundação Albertina Ferreira de Amorim, declarada de utilidade pública por Despacho nº 11411/2017 de 20.12.2017 publicado no Diário da República, II, nº 249 de 29/12/2017 tem, como fins, promover o desenvolvimento da pessoa humana na sua dimensão de ser solidário e fomentando a sua valorização nas vertentes ética, religiosa, cultural e civilizacional; promover o apoio à família, a instituições de solidariedade social e a cidadãos carenciados; promover o estudo e investigação científica na área da preparação e tratamento da cortiça, bem como a divulgação, nos meios científicos e industriais, dos resultados obtidos nesses trabalhos; promover o desenvolvimento de atividades científicas, culturais e artísticas, com maior incidência na área do concelho de Santa Maria da Feira e, aí, na freguesia de Mozelos.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas no âmbito do regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), que integra o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho e posteriores alterações e estão de acordo com a modelização e codificação aprovadas pela Portaria 220/2015 de 24 de julho.

2.2 – Indicação das disposições da normalização contabilística para as ESNL derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras – Não se verificaram quaisquer derrogações às disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

M
A
P.
ui.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

3.1 – Principais políticas contabilísticas

a) - Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro aplicáveis, com o objetivo de proporcionar aos seus utentes uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho (resultados) e das alterações na posição financeira da empresa (fluxos de caixa e alterações dos capitais próprios).

A preparação das demonstrações financeiras observou as seguintes bases de apresentação:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que a entidade continuará a operar no futuro previsível, não obstante os impactos resultantes da pandemia do Covid-19, considerando que não existe nem a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir drasticamente o nível das suas operações.

- Regime da periodização económica (acríscimo)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (e não quando caixa ou equivalentes de caixa sejam recebidos ou pagos) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados.

pern
JP
mi

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

As principais bases de mensuração apresentam-se no quadro seguinte:

| | |
|---|--|
| Ativos fixos tangíveis | Custo menos perdas por imparidade e depreciações |
| Créditos a receber | Custo menos perdas por imparidade |
| Caixa e equivalentes | Custo |
| Instrumentos capital próprio da sociedade | Quantias subscritas |
| Contas a pagar | Custo |
| Réditos | Valor nominal bruto das quantias recebidas / a receber |
| Provisões | Melhor estimativa do valor presente da obrigação |
| Impostos sobre o rendimento | Impostos correntes: taxas vigentes |

b) Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas utilizadas, a seguir descritas, decorrem do enquadramento previsto na norma contabilística e de relato financeiro aplicável às ESNL

- Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível são originalmente registados ao custo histórico de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra e instalação.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Não é considerado qualquer valor residual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

| Rubrica | Vida útil (anos) |
|-------------------------------|------------------|
| Edifícios | 50 |
| Mobiliário e decoração | 8 |
| Instalações não especificadas | 10 |

MAR
JP
amj

- Imposto sobre o rendimento

As entidades que não exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, sujeitos passivos de IRC, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do respetivo Código, são tributadas neste imposto pelo seu rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos líquidos das diversas categorias consideradas para efeitos de IRS e, bem assim, dos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, conforme a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do Código do IRC.

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º do Código do IRC a respetiva matéria coletável obtém-se pela dedução ao rendimento global, incluindo os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, determinados nos termos do artigo 53.º daquele Código, dos custos comuns e outros imputáveis aos rendimentos sujeitos a imposto e não isentos nos termos do artigo 54.º do mesmo diploma e dos benefícios fiscais eventualmente existentes que consistam em deduções àquele rendimento.

De notar que, os rendimentos resultantes de quotas pagas pelos associados, em conformidade com os estatutos, bem como os subsídios e os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, uns e outros destinados à direta e imediata realização dos fins estatutários, consideraram-se não sujeitos a IRC, nos termos do n.º 3 do artigo 54.º do respetivo Código.

Não exercendo, a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, o rendimento é tributado em IRC à taxa de 21%, de acordo como n.º 5 do artigo 87.º do CIRC.

Os prejuízos fiscais relativos aos exercícios 2014 a 2016 podem ser deduzidos à matéria coletável nos 12 anos seguintes, para os apurados nos exercícios de 2017 a 2019 o prazo é de 5 anos. Para os prejuízos apurados em 2020 e 2021, o reporte é de 12 anos. Os períodos de tributação de 2020 a 2021 não relevam para efeitos da contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais é limitada a 70% do lucro tributável apurado no período em que seja realizada a dedução. Este limite passa para 80% do lucro tributável, sempre que essa diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

- Créditos a Receber

As contas de Créditos a Receber estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de “Perdas de imparidade acumuladas”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários.

mar
S. B. amj

- Imparidade de ativos

a) Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

b) Imparidade de créditos a receber

As perdas de imparidade em contas a receber correspondem à diferença entre a quantia escriturada e o seu valor recuperável. As perdas de imparidade para as contas a receber são ainda calculadas considerando os riscos de cobrança existentes, os quais são avaliados tendo em conta a análise da antiguidade das contas a receber e as condições financeiras dos devedores.

c) Reversões de perdas por imparidade

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como ganho do período até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações e amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a Administração procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

MM
AP
aj

- Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Réido e regime do acréscimo

O réido é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, sem consideração dos efeitos de impostos dedutíveis, desde que o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade e for provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade.

- Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados e incluem benefícios a curto prazo, pagáveis na totalidade num prazo de 12 meses e registados como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento.

- Partes relacionadas

São terceiros com quem existam relações que possam afetar os resultados e a posição financeira da entidade que relata.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir dos registos contabilísticos da Fundação e no pressuposto da sua continuidade.

As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto e médio prazo, qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou pressupostos e estimativas com base nas normas previstas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram-no com base no seu melhor conhecimento existente, à data de emissão das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, sendo avaliado de forma periódica eventuais obrigações, que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis.

man
HP
onj.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Não ocorreram alterações de políticas relativamente às utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 DEZ 19.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não ocorreram alterações nas estimativas contabilísticas com efeito quer no período corrente quer em períodos futuros.

3.4 - Correção de erros de períodos anteriores

Não foram reconhecidos, por inexistentes, erros materiais relativos a períodos anteriores.

4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 – Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

- a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:
- b) Métodos de depreciação usados
- c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

Divulgações descritas na nota 3.1 b).

d) – Reconciliação da quantia escriturada bruta – Evolução 2019 e 2020

- Adições e alienações 2019

| Descrição | 2019 | | | | |
|-------------------------------|---------------------|-----------------|------------|----------------|---------------------|
| | 01/jan | Aquisições | Alienações | Transf./Abates | 31/dez |
| Terrenos e Recursos Naturais | 178 149,17 | | | | 178 149,17 |
| Edifícios e Out.Construções | 713 862,26 | 3 450,00 | | | 717 312,26 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 327 098,21 | | | | 327 098,21 |
| Total | 1 219 109,64 | 3 450,00 | | | 1 222 559,64 |

- Adições e alienações 2020

| Descrição | 2020 | | | | |
|-------------------------------|---------------------|------------|------------|----------------|---------------------|
| | 01/jan | Aquisições | Alienações | Transf./Abates | 31/dez |
| Terrenos e Recursos Naturais | 178 149,17 | | | | 178 149,17 |
| Edifícios e Out.Construções | 717 312,26 | | | | 717 312,26 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 327 098,21 | | | | 327 098,21 |
| Total | 1 222 559,64 | | | | 1 222 559,64 |

– Amortizações Acumuladas – Evolução 2019 e 2020

| Descrição | 2019 | | | |
|-------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | Saldo a 01/jan | Reforço | Outras alterações | Saldo a 31/dez |
| Edifícios e Out.Construções | 106 217,93 | 13 421,11 | | 119 639,04 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 325 906,91 | 349,44 | | 326 256,35 |
| TOTAL | 432 124,84 | 13 770,55 | | 445 895,39 |

| Descrição | 2020 | | | |
|-------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | Saldo a 01/jan | Reforço | Outras alterações | Saldo a 31/dez |
| Edifícios e Out.Construções | 119 639,04 | 13 622,24 | | 133 261,28 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 326 256,35 | 349,44 | | 326 605,79 |
| TOTAL | 445 895,39 | 13 971,68 | | 459 867,07 |

- Ativos Fixos Tangíveis – valores líquidos

| Descrição | Saldo a 31/12/2020 | Saldo a 31/12/2019 |
|-------------------------|--------------------|--------------------|
| Valor Bruto | 1 222 559,64 | 1 222 559,64 |
| Amortizações Acumuladas | 459 867,07 | 445 895,39 |
| Valor Líquido | 762 692,57 | 776 664,25 |

5 – RENDIMENTOS E GASTOS

5.1 – RENDIMENTOS

5.1.1- RÉDITO

O valor das prestações de serviços refere-se integralmente ao débito de cedência de espaço e serviço de almoços.

Na sequência da pandemia COVID-19 e pelas restrições impostas nomeadamente de afastamento, confinamento e teletrabalho, a atividade foi quase inexistente.

| Natureza | 2020 | 2019 |
|-----------------------|----------|-----------|
| Prestação de Serviços | 1.652,61 | 26.568,71 |

5.1.2 – Outros Rendimentos e Ganhos

| | 2020 | 2019 |
|---|-------------------|-------------------|
| Subsídios, doações e legados à exploração | | |
| - Subsídios à Exploração | | |
| - do Patrocinador | 119.500,00 | 98.500,00 |
| - Donativos Diversos | 155.214,08 | 225.173,00 |
| Subtotal | 274.714,08 | 323.673,00 |
| Outros Rendimentos e Ganhos | | |
| - Subsídios ao Investimento | | |
| - do período | 10.080,79 | 10.080,79 |
| - de exercícios anteriores | | |
| - Descontos de pronto pagamento obtidos | | |
| - Correções relativas a exercícios anteriores | 199,96 | 2.687,20 |
| - Juros Obtidos | | |
| - Outros não especificados | | |
| Subtotal | 10.280,75 | 12.767,99 |
| TOTAL | 284.994,83 | 336.440,99 |

5.2 – GASTOS

5.2.1 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

| | 2020 | 2019 |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Serviços Especializados | | |
| Honorários | 10.988,68 | 12.480,00 |
| Publicidade e Propaganda | | |
| Vigilância e Segurança | | |
| Conservação e reparação | 12.959,03 | 10.688,08 |
| Materiais | | 364,21 |
| Energia e fluidos | 1.967,02 | 2.167,00 |
| Deslocações, estadas e transportes | | 20,00 |
| Serviços Diversos | | |
| Despesas Representação | 582,09 | 5.826,63 |
| Comunicação | 44,83 | 79,28 |
| Seguros | 207,94 | 213,95 |
| Contencioso e Notariado | | |
| Limpeza, higiene e conforto | 668,94 | 748,41 |
| Outros serviços | 1.736,81 | 23.354,97 |
| Outros serviços não especificados | 88,06 | 1.018,00 |
| TOTAL | 29.243,40 | 56.960,53 |

5.2.2 – Outros Gastos e Perdas

| | 2020 | 2019 |
|---|-------------------|-------------------|
| Impostos | 6.071,12 | 6.438,53 |
| Multas fiscais | | |
| Correções relativas a períodos anteriores | | 53,55 |
| Donativos | 241.397,58 | 248.022,50 |
| Despesas não documentadas | 320,00 | 480,00 |
| Outros não especificados | 214,10 | 295,26 |
| TOTAL | 248.002,80 | 255.289,84 |

6 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTIGENTES

Não existem circunstâncias que originem a necessidade de (i) reconhecimento de provisões e (ii) divulgação de ativos / passivos contingentes.

7 – FLUXOS DE CAIXA

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efetivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta, i.e., não compensando entradas com saídas.

O montante incluído em “Caixa e depósitos bancários” refere-se ao saldo do fundo de caixa e às contas de depósitos à ordem do Banco Santander e Banco BPI, assim distribuído:

| | 31-12-2020 | 31-12-2019 |
|-------------------|------------|------------|
| Caixa | 500,00 | 500,00 |
| Depósitos à Ordem | 146.373,68 | 202.520,06 |

Os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e outros englobam IVA e outros impostos e taxas liquidados nas transações realizadas.

8 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

8.1 – No exercício de 2020, as entidades que não exercem a título principal atividade comercial, industrial ou agrícola estão, ainda assim, sujeitas a tributação de IRC à taxa reduzida de 21%, nos termos descritos na nota 3.1, alínea b) do Anexo. Acresce que, em todas as circunstâncias, estão ainda sujeitas às tributações autónomas que se mostrem devidas conforme legislação em vigor.

8.2 - Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os saldos com esta entidade referem-se a:

8.2.1 - Valores a receber

| | 2020 | 2019 |
|--------------------------------------|-------------|-------------|
| Imposto sobre o Rendimento-retenções | 0,00 | 0,00 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado | 0,00 | 0,00 |
| TOTAIS | 0,00 | 0,00 |

8.2.2 - Valores a pagar

| | 2020 | 2019 |
|---|---------------|-----------------|
| Imposto sobre o Rendimento - IRC a pagar | 308,42 | 1.257,02 |
| Imposto sobre o Rendimento - retenções na fonte | 242,50 | 381,90 |
| Imposto sobre o valor Acrescentado | 384,69 | 454,36 |
| Contribuições para a Segurança Social | | |
| TOTAIS | 935,61 | 2.093,28 |

9 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

9.1 – A Fundação não teve empregados durante o exercício de 2020.

9.2 – Membros dos órgãos de direção ou de supervisão

De acordo com os Estatutos, os elementos do Conselho Diretivo não receberam qualquer remuneração no exercício de 2020.

Man
J. P.

10 – Ativos e passivos financeiros

| | 2020 | 2019 |
|---------------------------|-----------|-----------|
| Créditos a Receber | 189,85 | 419,82 |
| Outros Ativos Correntes | 567,94 | |
| Fornecedores | 11.197,69 | 13.694,99 |
| Outros Passivos Correntes | 703,91 | 1.869,38 |

11 – Fundo Patrimonial

O fundo patrimonial reflete a dotação em património do Conselho de Fundadores, herdeiros de Albertina Ferreira de Amorim, conforme escritura de habilitação de herdeiros de 4 de março de 2008 e escritura de constituição da Fundação de 23 de outubro de 2008.

A rubrica Outros Fundos Patrimoniais refere-se à contribuição do Patrocinador da Fundação, para recuperação da casa e terrenos afetos à atividade, sendo imputada numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona. (Nota 5.1.2- linha Subsídios ao Investimentos).

12 – Acontecimentos Subsequentes

Não ocorreram factos que de alguma forma possam desvirtuar ou alterar a informação económica e financeira que se pretende prestar a todos os interessados.

13 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

13.1 – Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas

Quer o Conselho de Fundadores e Curadores quer o Conselho Diretivo da Fundação integram elementos comuns à Administração das seguintes entidades:

13.1 – Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas (continuação)

13.1.1 – Saldos pendentes e transações realizadas 2019

MP
APB

| Parte relacionada | NIF | Saldo Devedor | Saldo Credor | FSE+Out. gastos | Prestações Serviços | Subsídios à exploração | Subsídios ao investim. |
|---|-----------|-----------------|---------------|-----------------|---------------------|-------------------------|------------------------|
| Amorim Investimentos e Participações, SGPS, SA | 502028610 | | | | 734,61 | 98.500,00 | |
| Corticeira Amorim, SGPS, SA | 500077797 | 396,03 | | | 344,85 | 209.000,00 ¹ | |
| Amorim Holding II, SGPS, SA | 501811206 | | | | | 4.200,00 | |
| Amorim Holding Financeira, SGPS, SA | 502802430 | | | | | | |
| Amorim Cork, SA | 500311390 | | 863,57 | | 11.988,52 | 4.326,00 | |
| Amorim Isolamentos, SA | 502863145 | | | | | | |
| Amorim Champcork, SA | | | | | | 1.513,00 | |
| Amorim Cork Flooring, SA | 500137927 | 725,59 | | | 9.419,58 | 1.063,00 | |
| Amorim Top Series, SA | 514029242 | | | | 413,09 | 1.011,00 | |
| Amorim Florestal, SA | 509296688 | | | | | 2.000,00 | |
| Quinta Nova N ^a Sr ^a do Carmo | 502702923 | | 70,77 | 1.615,61 | 460,55 | | |
| Amorim Cork Services, Lda | 503385980 | | | | 2.542,13 | | |
| Amorim Cork Composites, SA | 502546255 | 161,77 | | | 665,38 | 2.000,00 | |
| BRAAMCAMP 119, S.A. | 514171618 | | | | | | |
| Isaura Ferreira de Amorim | 172367948 | | | | | 60,00 | |
| OSI, Lda | 502240792 | | | | | | |
| TOTAIS | | 1.283,39 | 934,34 | 1.615,61 | 26.568,71 | 323.673,00 | |

¹Este saldo inclui 150.000€ recebidos em exercícios anteriores, atribuídos apenas em 2019 à Associação Bem-Estar de Santa Maria de Lamas, no âmbito do protocolo estabelecido entre as partes.

13.1.2 – Saldos pendentes e transações realizadas 2020

| Parte relacionada | NIF | Saldo Devedor | Saldo Credor | FSE+Out. gastos | Prestações Serviços | Subsídios à exploração | Subsídios ao investim. |
|---|-----------|---------------|--------------|-----------------|---------------------|-------------------------|------------------------|
| Amorim Investimentos e Participações, SGPS, SA | 502028610 | | | | 261,52 | 119.500,00 | |
| Corticeira Amorim, SGPS, SA | 500077797 | | | | | 106.000,00 ² | |
| Amorim Holding II, SGPS, SA | 501811206 | | | | | 4.200,00 | |
| Amorim Holding Financeira, SGPS, SA | 502802430 | | | | | | |
| Amorim Cork, SA | 500311390 | 189,85 | | | 914,85 | 9.421,52 | |
| Amorim Isolamentos, SA | 502863145 | | | | | | |
| Amorim Champcork, SA | 515185507 | | | | | | |
| Amorim Cork Flooring, SA | 500137927 | | | | 252,97 | 7.796,56 | |
| Amorim Top Series, SA | 514029242 | | | | | | |
| Amorim Florestal, SA | 509296688 | | | | | | |
| Quinta Nova N ^a Sr ^a do Carmo | 502702923 | | 27,07 | | | | |
| Taboadella, S.A. | 515034517 | | | 58,27 | | | |
| Amorim Cork Services, Lda | 503385980 | | | | 223,27 | 25.000,00 | |
| Amorim Cork Composites, SA | 502546255 | | | | | 2.796,00 | |
| BRAAMCAMP 119, S.A. | 514171618 | | | | | | |
| Isaura Ferreira de Amorim | 172367948 | | | | | | |
| OSI, Lda | 502240792 | | | | | | |
| TOTAIS | | 189,85 | 0,00 | 85,34 | 1.652,61 | 274.714,08 | |

²Este saldo inclui 50.000€ recebidos em exercícios anteriores, atribuídos apenas em 2020 à Associação Bem-Estar de Santa Maria de Lamas, no âmbito do protocolo estabelecido entre as partes.

13.2 – Outras divulgações consideradas relevantes

Não existem

Mozelos, 30 de junho de 2021

O Conselho Diretivo

Flávio Fernando Henning
José Rios de Araújo
Maria Beatriz Geronim Coelho

O Contabilista Certificado

Willyane Bonnez

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Albertina Ferreira Amorim** (a Entidade), com sede em Mozelos – Feira, que compreendem o balanço em 31 dezembro 2020 (que evidencia um total de 910.324 euros e um total de fundos patrimoniais de 897.487 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.879 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Albertina Ferreira Amorim em 31 dezembro 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Tal como descrito no relatório de gestão, o exercício de 2020 foi afetado pela pandemia do Covid-19, originando um impacto significativo na economia, no emprego e nas empresas, a que a Entidade, não estando diretamente exposta, não fica alheia.

Não obstante, o Conselho Diretivo face à informação disponível à data considera que, apesar das incertezas que o momento atual acarreta, não está em causa o princípio da continuidade (nota 3.1 do anexo).

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se

concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 02 julho 2021.

(Sérgio Paulo Esteves de Poças Falcão, ROC 751), em representação de
Álvaro, Falcão & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.